



## 8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:  
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: 2 - Mundo do trabalho

### Os impactos da produção flexível na gestão da força de trabalho e suas manifestações na classe trabalhadora

Luisa Fernandes Cordeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** Busca-se compreender quais são os impactos que a nova forma de organização e de acumulação de capital tem sob a gestão da força de trabalho. Tensiona-se o debate que vigora no cenário político, social e econômico, onde elementos e movimentos ideológicos são peça fundamentais para captura da subjetividade, não apenas do trabalhador, mas também da organização do trabalho na produção flexível, dimensionando o seu caráter estrutural que impacta diretamente na produção e na reprodução das relações sociais e das possibilidades de construção da resistência dos movimentos sindicais. Entende-se como fundamental abranger qual o cenário está posto para o movimento sindical brasileiro e qual são seus limites e possibilidades diante da ofensiva destrutiva do capitalismo sob a categoria trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho; Produção Flexível; Ideologia; Sindicalismo.

### The impacts of flexible production on workforce management and its manifestations in the working class

**Abstract:** It seeks to understand what are the impacts that the new form of organization and capital accumulation has on the management of the workforce. The debate that prevails in the political, social and economic scenario is tensioned, where ideological elements and movements are fundamental to capture subjectivity, not only of the worker, but also of the organization of work in flexible production, dimensioning its structural character that impacts directly in the production and reproduction of social relations and the possibilities of building the resistance of union movements. It is understood as fundamental to cover what the scenario is set for the Brazilian union movement and what are its limits and possibilities in the face of the destructive offensive of capitalism under the category of work.

**Keywords:** Job; Flexible Production; Ideology; Unionism.

### Introdução

Os movimentos que permeiam o novo modo de gestão da força de trabalho ainda possuem manifestações a serem dimensionadas. Sabe-se que esse processo de reestruturação produtiva atinge não somente a condição material do trabalhador, mas também sua subjetividade, o que abrange sua representatividade coletiva, por exemplo, os sindicatos.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ PUCRS. E-mail: lusebraefg@hotmail.com.

A introdução de novos mecanismos na linha de produção, entre os quais braços mecânicos, máquinas de controle numérico, robotização de etapas, a microeletrônica avançada, conjugados com as técnicas *just in time*, controle de qualidade, entre outras, produziram alterações nos processos de produção de mercadorias ou serviços que, diretamente, se manifestam na classe trabalhadora. No toyotismo, a forma flexível de produzir e a descentralização da produção resultaram na desregulamentação e despolitização dos direitos trabalhistas, dessa forma “os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais ligada à imediaticidade, à contingência, regredindo em sua ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente, foram abandonando seus traços anticapitalistas” [...] (ANTUNES, 2015, p.198). O que se permite pensar, diante dessa postura imediata, é que no modo de produção capitalista, juntamente com o avanço de políticas econômicas de fundamentos neoliberais, e a introdução intensiva da tecnologia, a luta da classe trabalhadora tem, como elementar, a garantia do direito ao trabalho, mesmo que este tenha dimensões destrutivas.

Nesse cenário, observa-se que os sindicatos possuem uma nova forma de representar a classe trabalhadora, com o sindicalismo de participação, ou seja, é necessário que se participe de tudo, ou, ao menos, que não se questione a forma do mercado, a legalidade do lucro, como se produz ou para quem, e a produtividade. Ou seja, todos os elementos que dão sustentabilidade ao modo de produção capitalista mantêm-se vivos (ANTUNES, 2015). Sobretudo a reestruturação produtiva, conta com a nova forma de participação dos sindicatos, o que se torna ainda mais determinante para a formação de uma subjetividade às avessas do trabalhador — que essa se constitui através das relações sociais.

O sindicalismo, em seus traços e tendências dominantes nos países avançados, conduzido pelo ideário que tem conformado suas lideranças, a cada passo dado, recua a um patamar anterior, assemelhando-se a um indivíduo que, embora pareça caminhar para a frente, desce uma escada de costas, sem visualizar o último degrau e menos ainda o tamanho do tomo (ANTUNES, 2015, p.199-200).

Reitera-se que o sindicalismo, na atualidade, tem sua atuação modificada, pois

seu posicionamento está direcionado ao movimento institucional e à negociação, o que não expressa a tradição de luta de classes contra as formas explícitas e implícitas de exploração engendradas no modo de produção capitalista sobre o trabalhador. Percebe-se, nesse cenário, que o poder que a ideologia adquire sobre os organismos representativos e de luta da classe trabalhadora, se traduzem em um abandono da característica combativa, o que revela a captura da ideologia burguesa sob as ações de luta e resistência sindical.

O poder da ideologia predominante é indubitavelmente imenso, mas isso não ocorre simplesmente em razão da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da *mistificação*, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, “consensualmente”, valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários aos seus interesses vitais (MÉSZÁROS, 2014, p.472).

Desse modo, as transformações trouxeram impactos para a classe trabalhadora, que estão calcadas na crise que na atualidade a atinge. A reestruturação produtiva deu bases para que houvesse uma diminuição considerável da classe operária fabril, essa que está no núcleo do complexo de produção de mercadorias. Ou seja, ao tempo em que ela diminui, também incorpora qualificações, fazendo-a mais integrada através da lógica do toyotismo, à organização da produção capitalista, o que vai contrastar com a propagação precária pelas bordas do complexo produtor de mercadorias (ALVES, 2000).

Com essa mudança, a precarização do trabalho, que se constitui como um traço estrutural, típico do modo de produção capitalista em tempos de flexibilização, se expõe de duas formas. A primeira é relacionada à crise estrutural do valor, o que remete a uma precariedade do salário, mas que não se reduz a ela, tendo também impacto nas condições de trabalho, no plano de carreira e na jornada de trabalho. Em síntese: a flexibilidade do trabalho está atrelada à retirada de direitos dos trabalhadores, que estão submetidos à lógica da terceirização, contratos de trabalho, e uma jornada de trabalho desregulamentada. A segunda expressão da precarização aparece na esfera existencial, ou seja, no modo de produção capitalista, em que a relação ontológica entre homem e

natureza não é a mesma, e muito menos está abalizada na sua transformação relativa ao seu desenvolvimento pleno. Essa está qualitativamente pior; o sujeito possui uma nova relação com o trabalho.

Nesse sentido, a produção flexível trouxe mais tecnologia, e uma nova forma de gestão da força de trabalho, o que resultou em um estilo de vida que, a partir dessa reestruturação, tem em suas bases a qualificação da força de trabalho e, principalmente, a pressão ideológica sobre o sujeito, baseado em metas e produtividade. Sobretudo a esfera de desejo e de domínio por essa nova lógica de produção não é somente a produtiva, mas a totalidade da vida do sujeito, o que pode ser compreendido como

[...] o modo de vida just in time implica maior carga de pressão no plano psíquico do homem-que-trabalha, tendo em vista que ele opera o fenômeno da vida reduzida. Na medida em que a produção toyotista torna-se totalidade social, ele impregna a vida social de elementos valorativos do produtivismo capitalista. O trabalho abstrato, que nasce na fábrica, dissemina-se pela sociedade burguesa (ALVES, 2013, p.240).

Os sindicatos, por sua vez, não conseguiram se posicionar fora dessa lógica, o que culminou em uma diminuição das taxas de sindicalização, pois, a partir do processo de precarização do trabalho, que trouxe consigo, dentre diversas expressões, a contratação de trabalhadores em condições parciais e precárias, abriu-se espaço para uma fragmentação que, entre “[...] os estáveis e precários, parciais, reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar segmentos não estáveis da força de trabalho” (ANTUNES, 2015, p.201). Então, o que se percebe é que há o rompimento dos vínculos entre os trabalhadores, o panorama, antes baseado no binômio fordista-taylorista, e que consistia, em primeira instância, na condição de igualdade entre os trabalhadores, na atualidade, com a reestruturação produtiva, provoca uma fragmentação dentro da classe.

Instalou-se a nova fórmula do cada um por si, e a solidão de todos tornou-se regra. Agora, um colega afoga-se e não se lhe estende mais a mão. Em outros termos, um único suicídio no local de trabalho – ou manifestamente em relação ao trabalho – revela a desestruturação profunda da ajuda mútua e da solidariedade (DEJOURS; BÈGUE, 2010, p.21).

As transformações nas ações sindicais dão margem a que não haja uma mobilização coletiva, sobretudo porque a representatividade da classe trabalhadora não está na mesma direção de origem, e então o sentimento de pertencimento é suprido pela solidão e individualidade. A subsunção do trabalho à lógica mercantil tem como objetivo a despolitização e o desmonte da classe trabalhadora, que é a única capaz de agir antagonicamente aos interesses do capitalismo. Dessa maneira, ocorre a pulverização dos sindicatos, ou seja, através da terceirização, a representatividade dos trabalhadores ocorre de maneira diferenciada para cada função exercida, mesmo em uma mesma empresa, o que solapa a possibilidade de organização, solidariedade e resistência de classe (ANTUNES, 2015).

Dessa forma, diante do cenário de desregulamentação do trabalho surgem aspectos sociais que são importantes de serem citados. O primeiro é o desemprego estrutural. Sabe-se que o modo de produção capitalista é um sistema contraditório e que possui forças antagônicas. Diante disso, é necessário que se ressalte: sob a falácia da ampliação dos campos de trabalho, essa que está materializada através de diversas expressões, como a terceirização, surge o trabalho precário e, além dele, o desemprego estrutural.

### **Desenvolvimento**

A formulação de políticas econômicas e sociais de fundamentação neoliberal encaminham a reestruturação produtiva, propiciando uma nova forma de desenvolvimento do capitalismo que, em síntese, se resume a um vigoroso aumento da composição orgânica do capital que tem como consequência o aumento de produtividade acompanhada da não menos vigorosa diminuição de trabalhadores envolvidos diretamente na produção de mercadorias. Desse modo, e a partir da lógica de um capitalismo globalizado, os trabalhadores agora passam a ser a população trabalhadora excluída, deixam de ser o que Marx denominou excedente, sobrança. Ou seja, é a nova massa de pessoas que está fora, sem ser utilizada pelas formas exploratórias do capital.

Outro aspecto importante é “[...] a subproletarização tardia é a nova precariedade do trabalho assalariado sob a mundialização do capital. Ela surge não apenas em setores

tradicionais (e desprotegidos) da indústria (e dos serviços), mas, sobretudo, em setores modernos da produção capitalista” (ALVES, 2000, p.78). Sua especificidade está na fragmentação<sup>2</sup> da classe em seu interior. Assim, o processo de subproletarização inclui aqueles trabalhadores que, na atualidade, fazem parte do contingente das contratações e do trabalho temporário. É importante salientar que, diante da reestruturação produtiva e da ofensiva do mercado, o debate sobre a quantidade de trabalho torna-se mais importante do que a qualidade do trabalho ofertado.

Como já se salientou anteriormente, a precarização do trabalho tem uma ligação orgânica com a reestruturação produtiva, e a fragmentação entre os trabalhadores estáveis e instáveis dentro da classe é uma expressão desse processo. Dessa forma, entende-se que, no mundo “moderno” do trabalho, aparece, como característica, um centro produtivo ocupado pelos trabalhadores integrais, assalariados, e que possuem vínculo permanente (ALVES, 2000).

Assim, a importância do grupo de trabalhadores que possui vínculos, e, portanto, uma dimensão orgânica importante para que se mantenha a nova forma de gestão da força de trabalho, aparece quando se analisam as ofertas feitas em troca de ações dentro das indústrias que irão consolidar a manutenção dessa nova forma de produzir. “Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel” (HARVEY, 1993, p. 144)

Em contrapartida, outra parte desses trabalhadores se encontra fora desse cenário que oferece, em uma primeira impressão, segurança e estabilidade no trabalho. Na verdade, ainda permanecem sendo trabalhadores assalariados, porém em condições muito menos favoráveis do que a do grupo anterior; não há possibilidade de carreira, por exemplo, e, dessa forma, se tornam trabalhadores sem vínculo. O que se percebe é que esse processo dá margem a uma criação periférica do complexo de produção do capital, originando dois grupos diferentes (ALVES, 2000).

O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades

---

<sup>2</sup> Já salientado anteriormente.

facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Com menos acesso a oportunidade de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, “o que torna as reduções da força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural” (HARVEY, 1993, p.144).

E o segundo grupo periférico é o que

[...] oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico”. Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos (HARVEY, 1993, p.144).

As novas formas de contratação do trabalho expressam a fragilidade com a qual o trabalhador, através desse novo comportamento do mercado, está submetido. A desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas conquistados através da luta e resistência dos trabalhadores vem sendo sucumbida por demissões abruptas, e que estão diretamente ligadas às necessidades do mercado. Ao passo que se requer maior número de funcionários para aumentar a produção, contrata-se através de contratos frágeis, e à medida que não é necessária tamanha demanda de trabalhadores, se demite sem custos e com muito menos o compromisso legal. Dessa forma, pode-se visualizar com clareza a fragmentação e a crise vivida pelos sindicatos, pois aparecem, nesse novo momento, dois contingentes de trabalhadores completamente distintos.

Entretanto é preciso que se compreenda que o que se quer apresentar não é uma dualidade entre “centro” e “periferia” de produção do capital ou “privilegiados e “precarizados” do trabalho, na verdade esse processo mistifica uma condição estrutural. Na lógica do modo de produção capitalista, para se obter altos salários é preciso que eles sejam baixos (ALVES, 2000). Portanto não se está dizendo que há uma polarização ou “perfis” de trabalhadores diferentes, o que se retrata são as manifestações que essa forma de produzir tem sobre os trabalhadores, acarretando sua fragmentação, porém não se trata de trabalhadores mais ou menos afetados pela crise; todos são atingidos por esse processo.

Sobre a crise dos sindicatos é preciso que se esclareçam alguns pontos. Diante

de diversos momentos, já expostos, parte-se de sua contextualidade. 1) O aumento tangível da individualização das relações de trabalho, o que corrobora o deslocamento da relação capital e trabalho em âmbito nacional para universos pequenos, para o local de trabalho, onde a relação está cada vez mais individualizada. Essa tendência deu origem a um elemento nefasto do sindicalismo de empresa, “sindicato-casa”, que se alavanca com o toyotismo e se expande universalmente. 2) A forte avalanche da desregulamentação e flexibilização ao máximo do mercado de trabalho, que implica diretamente nas conquistas históricas através do movimento sindical que, até o presente momento, tem sido incapaz de impedir tais transformações e a retirada dos direitos. 3) O esgotamento dos modelos<sup>3</sup> sindicais vigentes nos países de capitalismo avançado, os quais, na última década, fizeram a opção pelo sindicalismo de participação, e agora tendem a contabilizar os seus prejuízos, e entre os vários, o mais impactante é o desemprego estrutural que é um processo capaz de atingir o próprio sindicato. Dessa forma, (re)obriga o movimento sindical, de forma global, novamente a lutar, de maneira até radicalizada em alguns casos, na tentativa de manter alguns direitos, como *redução da jornada de trabalho*, no plano da imediaticidade, visando a reduzir o desemprego estrutural. 4) A tendência enorme da burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que estão cada vez mais distantes do perfil dos movimentos sindicais autônomos, e que fazem a opção por uma integração com as empresas, ganhando assim *legitimidade*, expondo assim suas ações cada vez menos anticapitalistas e, portanto, a perda de sua radicalidade social. 5) Através da apologia à individualização e da resignação social, o capital se amplia consideravelmente, através de métodos ideológicos e manipulatórios mais do que métodos diretamente repressivos, mas que ainda assim aparecem em momentos necessários – sua ação isoladora dos movimentos

---

<sup>3</sup> Os modelos são: *Anglo-saxão* (similar ao norte-americano) se traduz em uma ação neoliberal e conservadora, com direitos reduzidos e negociações fragmentadas, por um patronato hostil, que visa ao enfraquecimento ou aniquilamento dos sindicatos; *o modelo alemão* que está calcado em uma dualidade, porque de um lado se baseia na contratação coletiva de trabalho de acordo com os ramos profissionais, e de outro, na conquista e exercício dos direitos limitados, porém reais. Supõe a presença tripartite: Estado, patronato e sindicatos, que apesar das diferenças, estão de acordo em manter a regra do jogo e, por fim, *o modelo japonês*: que está fundamentado no sindicalismo de empresa participacionista, aderindo à cultura e projeto de empresas que, em troca, ofertam certas garantias e estabilidade quanto ao emprego e salário (ANTUNES, 2015).

de esquerda, principalmente aqueles que ensaiam práticas calcadas em ações anticapitalistas. É lugar-comum, em qualquer parte da sociedade que produz mercadorias, uma hostilidade contra o sindicalismo combativo e movimentos que tenham inspirações socialistas. (ANTUNES, 2015).

Assim, pode-se compreender que existem diversas manifestações que permeiam o cotidiano do trabalhador, e apontam diversos desafios para o sindicalismo. O movimento da captura da subjetividade do trabalhador, que ocorre a partir da nova forma de gestão da força de trabalho e da difusão de ideias mercadológicas e individualistas, em que as organizações intensificam esse processo de manipulação social, portanto não são restritas à esfera das relações sociais, pois esse movimento de captura também ocorre no interior das indústrias, impactam, diretamente, a organização, resistência e luta da classe trabalhadora.

Uma evidência disso é que, a partir do predomínio das ideias neoliberais, mesmo diante do crescimento da economia, e conseqüentemente, do emprego, da prevalência da democracia institucional, com o reconhecimento do direito, o número de greves no país é inferior aos movimentos dos anos 1980 e 1990. Realidade essa que reflete o relativo êxito obtido pelas ideias de recorte neoliberal, que enfatizam o individualismo [...] (WÜNSCH, 2013, p. 156).

Desse modo, visualiza-se a importância que o cariz individual assume nesse cenário, trazendo para o centro da análise o comportamento solitário que o trabalhador vem assumindo na atualidade. Isso decorre do fato de que, na nova organização técnica do trabalho, a gestão flexível possui, em seu núcleo, o desempenho e “recompensas” para cada trabalhador, de acordo com seu empenho, esforço, polivalência, criatividade. Contudo, fragmenta-se a possibilidade de uma análise sobre o modo de produção e a sociabilidade burguesa que, corrobora para a criação de um abismo entre esse trabalhador individual e solitário e o trabalhador que possui múltiplas potencialidades, mas não as desenvolve, considerando-se a impossibilidade de acesso às condições objetivas de vida que são bases para o seu desenvolvimento. Entende-se que a potencialidade não está somente no sujeito trabalhador, mas sim no homem.

Portanto não se questiona o capitalismo enquanto um modo de produção como gerador das desigualdades sociais, mas tenta-se justificá-las tendo como ponto de

partida as diferenças pessoais e a liberdade individual. Dessa forma, fomenta-se uma espécie de “darwinismo social”, em que se fragiliza as relações sociais e as lutas coletivas que a cada dia vêm sendo preenchidas por um caráter corporativo perante o individualismo e o estímulo à concorrência entre os trabalhadores (WÜNSCH, 2013).

Nessa perspectiva, a manipulação social, não se restringe ao comportamento do trabalhador para com o trabalho. Esse processo está amplamente ligado às relações sociais que vêm se modificando e, nesse contexto, conduzindo os homens a uma vida sem sentido, preenchida de necessidades criadas, pois, na sociabilidade burguesa, o prazer com a compra de mercadorias preenche o vazio causado pela vida conformada a partir de valores-fetiche. Isso faz todo o sentido, quando se compreende a lógica da gestão flexível, tendo como fio condutor as metas, as quais quando alcançadas individualmente possibilitam o acesso ao universo fetichizado das mercadorias.

Diante disso, a aspiração de muitos passa a ser acessar determinados espaços — condomínios, shoppings centers e clubes, através do consumo. Para tanto, os consumidores têm gastos, e dependem de renda, o que, sob a lógica do mercado, faz sentido ter acesso a esses espaços a partir das competências e habilidades pessoais (WÜNSCH, 2013).

Compreende-se a gestão flexível como uma forma de gestar, a qual, dentre as diversas formas de organizar a produção, deseja realizar o impossível, de modo que as relações sociais também são abalizadas nesse sentido. Observa-se que a forma de gestão da força de trabalho possui uma lógica que é reproduzida em todas as esferas da vida. Assim, a partir da necessidade de realizar o impossível, o tempo é imprescindível, o que culmina em relações, pensamentos e ações que se baseiam na imediaticidade. Portanto, o tempo se torna um representante apenas do presente, e isso, em determinado aspecto, fragiliza os vínculos, as histórias e os movimentos de resistência que se realizaram ao longo da história. Aliás, entende-se que a historicidade, a partir da manipulação social, da ofensiva do mercado e das demais estratégias do modo de produção capitalista estão sendo sucumbida pelo presente.

Entretanto sabe-se que a história não se encerra com o modo de produção capitalista e com a democracia burguesa. Portanto, embora todos os fenômenos e movimentos criados pelo capitalismo e suas estratégias se manifestem na forma de agir

e pensar dos homens, é preciso que o movimento sindical faça uma análise da realidade, desse modo, as processualidades que, na contemporaneidade, permeiam os trabalhadores seriam mais bem compreendidas.

Especialmente entre os mais jovens, o que exige do movimento sindical uma melhor compreensão dessa realidade, a fim de adequar sua forma, sua linguagem e mesmo seu conteúdo, sem abdicar de princípios ou do sentido estratégico classista. Porém, para auxiliar os trabalhadores a se reconhecerem enquanto “classe em si” e transformem-se em “classe para si” (WÜNSCH, 2013, p. 158).

Desse modo, é importante que se resgate o sentido de pertencimento de classe, mesmo quando se compreende que, diante da lógica destrutiva do capital, não há barreiras para a precarização do trabalho. A exploração sem fronteiras da força de trabalho é a expressão das diversas contradições estruturais dessa forma de sociabilidade (ANTUNES, 2015b). Assim, a gestão flexível, que se baseia no controle da subjetividade do trabalhador, que se reflete nos números resultantes da produção, tem, por outro lado a incontornabilidade própria do capital, em que a necessidade de se produzir cada vez mais sucumbe às condições mínimas para os trabalhadores.

Diante desse cenário que novos desafios se impõem aos sindicatos. De nossa parte, cremos que a ferramenta-sindicato ainda é imprescindível, enquanto perdurar a sociedade do capital, com sua exploração do trabalho, suas precarizações, seus adoecimentos e seus padecimentos corpóreos físicos, psíquicos etc. Mas é preciso dizer que há inúmeros desafios a serem enfrentados (ANTUNES, 2015b, p. 424).

Sobretudo, é importante que se avance sobre a separação entre os trabalhadores considerados “estáveis” e os “instáveis”. Isto porque, diante do contexto histórico da atualidade, a despolitização dos direitos sociais e trabalhistas se faz necessária para enfrentar o desmonte proposto pelos meios de produção e abalizado pelo Estado, mediante a formulação das políticas econômicas. Por isso, o resgate do pertencimento de classe (trabalhadora) é importante, nesse momento, afinal a organização e a resistência da luta dos trabalhadores, estarão mais endossadas a partir do momento em que a representatividade coletiva estiver unida e em ações conjugadas. O processo de politização dos trabalhadores, baseado na perspectiva de classe, terá importância para

que se enfrentem os movimentos que decorrem da gestão flexível e da captura da subjetividade do trabalhador. E a partir disso, traçar estratégias para atingir uma sociedade emancipada das estratégias totalizadoras do capital.

### **Considerações Finais**

A partir da crise estrutural do capital nos anos de 1970, a reestruturação produtiva surgiu como forma de reorganizar a produção. Nesse sentido, a produção flexível, da qual o toyotismo é um exemplo, aparece como uma nova forma de gestão da força de trabalho, que insere concepções tecnológicas e, diferentemente do binômio fordista/taylorista, utiliza a criatividade, o pensamento, a subjetividade e incentiva a ação proativa do trabalhador. Essa nova técnica de organização do trabalho se consolidou através de ações que agiram no plano ideológico do trabalhador, mas com resultados na produção e manutenção dessa forma de produzir, e as manifestações desse processo puderam ser observadas na subjetividade. Essa nova configuração está abalizada na fragmentação do pensamento coletivo, pois, em determinado aspecto, fragmentar o pensamento coletivo é também fragmentar as ações coletivas.

A ideologia que, através de organizações (igrejas, escolas, mídia, etc.), propaga e reforça ideias e formas que fundamentam as relações sociais e o modo de vida dos homens, exerce a função que está na criação de um conjunto de normas e leis que aparecem para a sociedade como naturais e universais, mas, em contrapartida, são funcionais ao modo de produção capitalista, e fazem parte, sobretudo, da engrenagem que culmina na reprodução da realidade que está posta, o que direciona para o entendimento de que não há outra forma do trabalho e, nesse sentido, de relações sociais que não sejam permeadas pelas ideologias de mercado.

Embora o surgimento do toyotismo tenha gerado uma nova técnica de organização do trabalho, compreende-se que esse movimento representa a reorganização do capital para que dê sustentabilidade à contínua acumulação de capital e à dominação global. A partir das ações ideológicas dessa nova forma de gestão da força de trabalho entende-se que, o que ocorreu foi a intensificação de outras técnicas de gestar o trabalho, pois não há um rompimento, de fato, do binômio fordista/taylorista para o toyotismo. Há, mais do que nunca, o aumento na intensidade

da produção, o preenchimento de todas as esferas da vida social pelo trabalho, e um trabalhador que tem sua subjetividade - que se conforma a partir das relações sociais – dominada pela sociabilidade burguesa, e se configura um homem cujos sonhos têm cunho mercadológico, portanto, burguês. Dessa forma, há uma radicalização do processo manipulatório para apropriação do conjunto das capacidades humanas em favor do capitalismo em tempo integral.

Diante do cenário da atualidade, em que a gestão flexível traz consigo não somente modificações na forma de organização técnica do trabalho, mas também a despolitização acerca dos direitos dos trabalhadores, o comportamento sindical, teve de agir para assegurar pelo *menos* o trabalho. Ou seja, em um contexto de precarização do trabalho, traduzido, por exemplo, em terceirizações, é preciso que se garanta pelo menos o direito ao trabalho, mas sem que haja contestação sobre qual trabalho se está falando. Desse modo, a qualidade do trabalho já não tem a mesma importância que a quantidade, pois diante de tamanhos retrocessos, os sindicatos se apresentam como uma forma de mediar as condições degradantes que o trabalho tem assumido, principalmente a partir da reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal.

O contexto das terceirizações que ocorrem dentro das empresas revela um grande desafio para os sindicatos, pois há uma fragilização dos vínculos entre os próprios trabalhadores. Sabe-se que agora, além do processo estrutural que o modo de produção capitalista apresenta, as poucas *recompensas* que existem são determinadas de forma diferente. Assim, há dois grupos de trabalhadores que trabalham para uma mesma empresa: os que possuem vínculo direto e os terceirizados. O desafio, portanto, é recuperar esses laços que vêm sendo sucumbidos por ações individuais, através da propagação da meritocracia, atingir as metas, e uma disputa que, para ser o *melhor* funcionário do mês, só *depende de você*.

Nesse sentido, o desafio dos sindicatos está na retomada da participação dos trabalhadores, o movimento de base precisa se reencontrar, buscar formas de enfrentamento dessa ofensiva mercadológica que avança sem receio. É preciso que se retome a identificação de classe, e, portanto, que os valores-fetice, intensificados a partir da produção flexível, sejam superados, sobretudo superados a partir de ações combativas que defendam a classe trabalhadora.

A recuperação dos vínculos entre os trabalhadores é de extrema importância, em um momento em que trabalhadores vem sendo demitidos abruptamente, baseados agora, nas novas regras trabalhistas, que consistem em grandes demissões, sem possibilitar uma consulta prévia aos sindicatos. A nova lei trabalhista está postada no reforço do trabalho precarizado, na manutenção do processo de desumanização do trabalhador.

Por fim, entende-se a necessidade da presença de lideranças sindicais dentro das empresas, abrindo espaço para debates, e que essas lideranças estejam, realmente, comprometidas com a transformação dessa realidade. Essa ação deve estar atrelada ao posicionamento político para enfrentar a ofensiva da desregulamentação dos direitos trabalhistas, demonstrando a importância da representatividade de classe — classe trabalhadora — para que a resistência aconteça por quem realmente represente os interesses dos trabalhadores.

### **Referências**

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. In: **Serviço Social e Sociedade**, Nº 123, São Paulo, 2015b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf>>. Acesso em: 02 de Mar. 2020.

DEJOURS, Christophe e BÈGUE, Florence. **Suicídio e trabalho**: o que fazer? Brasília: Paralelo, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

WÜNSCH, Paulo Roberto. **O movimento dos trabalhadores frente ao complexo de reestruturação produtiva**: o sindicalismo dos metalúrgicos de Caxias do Sul. Bauru:

Projeto Editora Práxis, Canal 6, 2013.